

**A NECESSIDADE PARA UM MODELO DE LEGISLAÇÃO MINEIRA:
CASOS DE ESTUDO SOBRE O IMPACTO DAS ACTIVIDADES MINEIRAS
ANGOLA, REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO, QUÉNIA
E ZIMBABUÉ**

Revisto

Abril de 2016



Este documento foi produzido com assistência da União Europeia. Todos os conteúdos são da responsabilidade exclusiva da IANRA (International Alliance on Natural Resources) em África e não pode, em caso algum, ser tido como reflectindo os pontos de vista da União Europeia.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CASOS DE ESTUDO

Quênia: Os perigos de espatoflúor

Angola: Ultrapassando a comunidade

Zimbabué: Problemas com platina e crómio

RDC: Mineração no meio de pessoas

PARA A CRIAÇÃO DE UM CONJUNTO DE OBJECTIVOS PARA UM MODELO DE LEGISLAÇÃO MINEIRA EM ÁFRICA

Problema 1: As pessoas são frequentemente empobrecidas através de projectos mineiros

Problema 2: As mulheres têm a seu cargo um ónus desproporcional dos impactos da mineração

Problema 3: As comunidades atingidas pela mineração são muitas vezes excluídas das receitas das indústrias extractivistas e dos benefícios equitativos

Problema 4: As legislações sobre as actividades mineiras revelam-se frequentemente pouco adequadas e/ou não são postas em prática

Problema 5: Os mecanismos de consulta são inadequados e o FPIC está ausente.

Problema 6: As comunidades atingidas pela mineração carecem de informação relativamente às sociedades e o Estado

Problema 7: Os impactos socioambientais cumulativos de várias sociedades e/ou do Estado são frequentemente considerados como uma falta de responsabilidade

Problema 8: O povo é negado dos seus direitos e a governança de recursos naturais

Problema 9: As decisões para executar actividades extractivas são frequentemente aplicadas de forma arbitrária e subjectiva

Problema 10: A desapropriação de terras para dar lugar a actividades extractivas raramente é o objecto de uma análise suficiente e de uma ponderação objectiva de interesse nacional

Problema 11: Compensação é raramente adequada ou justa e muito frequente nem sequer chega a ser paga

Problema 12: As actividades de extracção artesanal ou de pequena escala encontram regulamentadas de forma muito insuficiente, exacerbando os impactos adversos das actividades de extracção

Problema 13: As comunidades atingidas pela mineração carecem de mecanismos de recurso apropriados e mecanismos de justiça que se revelam ineficazes

AGRADECIMENTOS

Este relatório apresenta uma nova pesquisa das operações de mineração em quatro países - Zimbabué, Angola, Quénia e República Democrática do Congo - e destaca os problemas em curso, bem como os princípios legais e as políticas para conter os impactos adversos de direitos humanos de mineração industrial sobre as comunidades que vivem em áreas de mineração. A IANRA espera que possa ser um recurso útil para as comunidades mineiras a fim de garantir as suas próprias trajetórias de desenvolvimento, incluindo alternativas à mineração, bem como aumentar o seu poder de negociação relacionado com os acordos de mineração. O relatório destina-se a contribuir para a sensibilização dos impactos da mineração sobre os direitos humanos, para reforçar a análise de políticas inclusivas e a formulação de políticas, para reforçar o acompanhamento e a aplicação, e informar as mudanças legais e políticas destinadas a uma maior utilização justa e sustentável dos recursos naturais. Deve-se considerar como um bloco de construção para a análise crítica dos direitos da comunidade e do desenvolvimento local e nacional em relação à mineração

A IANRA gostaria de agradecer a Michael Koen de CSRSC - Pesquisa da Sociedade Civil e de apoio coletivo para guiar o estudo de caso no país, fortalecendo as capacidades dos parceiros envolvidos no projecto de investigação, a coordenação do processo global de pesquisa e para escrever a primeira versão deste relatório. Muito apreço e agradecimento vai para Mark Curtis de Curtis Research (www.curtisresearch.org) para rever ainda o relatório e apoiar a Secretaria da IANRA e os parceiros de pesquisa para sintetizar e estruturar os resultados da investigação sobre os problemas centrais 13 e princípios fundamentais, que informou elaboração de "*Primeiros Princípios em relação à Mineração centrada nas pessoas*" da IANRA e o Modelo sobre a Legislação de Mineração relacionado. Graças a Diane Stuart para a edição do relatório.

Ainda mais, a IANRA gostaria de agradecer as comunidades de estudo de caso e todos os parceiros do projecto para fazer a pesquisa estudo de caso no país; em nenhuma ordem particular estes são a comunidade mineira Ruashi e da Associação Africana de Defesa dos Direitos de l'Homme (ASADHO) na RDC, a comunidade Magobading e o Benchmarks Foundation (BMF) na África do Sul, a comunidade Kerio Valley, direitos Coast Forum (CRF) e a Aliança dos Recursos Naturais do Quénia (Kenra) no Quénia, a comunidade mineira Tyihule e o Workshop de Desenvolvimento (DW) em Angola, a comunidade Mhondongori e a Associação de Direitos Ambientais do Zimbabué (ZELA) no Zimbabué.

A IANRA gostaria de agradecer ao seu Comité Director que forneceu orientação e supervisão para este projecto e suas publicações: Presidente Mwikamba Maghenda (Fórum de Direitos Litorais, Quénia), Vice-Presidente Emilia Hatendi (Centro para o Desenvolvimento das Mulheres e Crianças), Tesoureiro Edmond Kanga Mungazi (Caritas Zâmbia), Allan Cain (Workshop de Desenvolvimento, Angola), Verena Materego (Fundação Ajuda, Tanzânia), Gilbert Sendugwa (Freedom of Information Centre de África, Uganda), Nilza Chipe (Fórum Mulher, Moçambique), Rosemarie wuite (ActionAid Holanda), Jean Claude Katende (ASADHO, RDC), Moses Cloete (Benchmarks Foundation), Chisomo Manthalu (ActionAid Malawi), Engwase Mwale (Coordenador do Conselho ONG, Zâmbia).

A IANRA está também muito grato a ActionAid dos Países Baixos por terem mantido os fundos da CE e em ligação com a Comissão Europeia, em nome da IANRA e a colaborar com o Secretariado a coordenar o projecto e desenvolver este e outros documentos para este projecto. A IANRA gostaria de agradecer a sua equipa de trabalho, uma equipa dedicada sempre a revisão deste documento ao longo do projecto: Tafadzwa Kuveya, Oficial de Projectos; Phumzile Mnguni, Assistente de Programas, e Slie Nkomo, Administrador. A IANRA

está também grata por seus financiadores: a Comissão Europeia, a Ford Foundation, Afrikagrupperna, a ActionAid do Reino Unido e a ActionAid dos Países Baixos através da sua Parceria e Aliança Global com o Ministério holandês dos Negócios Estrangeiros.

A IANRA valoriza participação crítica sobre as suas conclusões, por isso não hesite em contactar o Secretariado da IANRA (info@ianra.org) com todas as perguntas.

Anne Mayher
Coordenadora IANRA

INTRODUÇÃO

A África é rica em recursos naturais, com depósitos significativos de ouro, platina, minério de ferro, cobre, diamantes e outros minerais e metais. Algumas estimativas são de que a África detém 30% das reservas minerais do mundo.¹ Recentes descobertas de petróleo e gás em alguns países poderiam ser agentes de mudança para as suas economias e pessoas. No entanto, actualmente, as pessoas da África beneficiam pouco destas riquezas como os governos africanos capturam apenas uma pequena parte do valor final das exportações de minerais vastos do continente.

Mais preocupante ainda é que muitas comunidades em áreas de mineração - geralmente agricultores que já são pobres - estão em pior situação, como resultado das operações de mineração, que são muitas vezes realizados por empresas multinacionais. Seus direitos (comuns), tal como garantido na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (ACHPR), são frequentemente violados, como o direito à dignidade, o direito à saúde, o "inquestionável e inalienável" direito à autodeterminação, e o direito de todos os povos "de dispor livremente das suas riquezas e recursos naturais. Aldeias inteiras em toda a África foram retirados à força de suas terras ancestrais, em muitos casos, sem substituição. Os membros das comunidades em terra rica em minerais, incluindo líderes tradicionais, mulheres, crianças e idosos, foram detidos e presos para proteger a única terra que eles têm, que é muitas vezes a única fonte de sustento, e por exercerem o seu direito de protestar. Rios, terras e culturas tenham sido contaminados a partir de processos de mineração e comunidades perderam o acesso a fontes de água.

As comunidades afectadas por mineração são repetidamente excluídas da receita de mineração e repartição de benefícios. As mulheres carregam um fardo desproporcional dos impactos da mineração, enquanto mecanismos de consulta com as pessoas afectadas são frequentemente inadequados e do conceito de livre, prévio e informado consentimento (FPIC) geralmente não é promovido. legislação mineira de muitos países não tem leis adequadas relativas, por exemplo, o reassentamento, compensação, políticas de conteúdo local, desenvolvimento da comunidade, governança comunitária e tomada de decisão, consulta à comunidade, e das normas ambientais. Alguns países têm tais políticas, mas não implementá-las adequadamente. Fundamentos para empresas de mineração e governos das comunidades muitas vezes resultam em conflitos e melhorias tangíveis limitados em suas vidas.

Os governos de efeito subsidiam as operações de mineração através da concessão de incentivos fiscais e através de sonegar impostos e escondendo a receita das empresas. Além disso, os governos fornecem cuidados de saúde para os mineiros e membros da comunidades afectadas por mineração, limpar a água poluída e tentar reabilitar terras minadas, entre outros serviços.

No entanto, nos últimos anos, e estimulado pelo aumento dos preços dos bens, alguns governos africanos têm escutado seus povos e aumentaram os impostos e royalties sobre as empresas de mineração para ganhar uma parcela maior das receitas. Alguns governos têm revisto a sua legislação para aumentar a probabilidade de as comunidades em áreas de mineração que beneficiam de extracção de recursos e para o país a beneficiam de processos de beneficiamento e agregação de valor. Na gestão de governança e de recursos progressiva

¹ Painel de Progresso Africano, *Equidade em Extractivos: Administração dos Recursos Naturais de África para Todos*, 2013, p.44, http://app-cdn.acwupload.co.uk/wp-content/uploads/2013/08/2013_APR_Equidade_em_Extractivos_25062013_ENG_HR.pdf

nível regional e continental têm sido desenvolvidos, como a Visão de Mineração Africana, os Princípios sobre os Recursos do Barómetro da África Austral, o Protocolo da SADC sobre Mineração, e da Directiva de Mineração CEDEAO. No entanto, os relatórios de toda a África sugerem que estas mudanças positivas não vão suficientemente longe como as pessoas em áreas de mineração continuam a ser deslocadas das suas casas e sua terra e são oferecidos baixos níveis de compensação; e são regularmente ignorados na tomada de decisões.² O velho modelo de "extractivismo"- que vê a África como essencialmente como uma fonte de matérias-primas baratas e mão de obra para o benefício das elites políticas e interesses corporativos - é, infelizmente, bem vivo.

Sobre este relatório

Este relatório começa com uma nova pesquisa das operações de mineração em quatro países - Quênia, Angola, Zimbabué e República Democrática do Congo (RDC) - e destaca problemas em curso e impactos adversos de direitos humanos de mineração industrial sobre as comunidades que vivem nessas áreas. Alguns problemas surgem de legislação inadequada, enquanto outros são devido à má aplicação da legislação existente. Em muitos casos, os governos não fazem adequadamente - se em tudo - promover os direitos dos seus povos, mas sim permitir que as empresas de lucrar às suas custas. Os estudos de caso destacam a continuada, necessidade urgente de conter os excessos da mineração na África e, além disso, para transformar a mineração em um processo de desenvolvimento genuíno.

A segunda parte do presente relatório resume o estado da mineração na África, destacando 13 problemas que necessitam urgentemente de ser abordadas. Para cada um dos problemas princípios fundamentais são sugeridas para orientar os governos na respectiva resolução. Estes princípios fluir de que as comunidades afectadas pela mineração levantar prioridades claras - nomeadamente, assegurar o uso da terra e direitos de acesso habituais, mantendo FPIC para todas as actividades de extracção de exploração até o fechamento da mina, e garantindo democrática e não discriminatória de tomada de decisão em manter com a ACHPR e constituições nacionais. Além disso, os princípios oferecem soluções para os principais desafios enfrentados pelas comunidades afectadas pela mineração, tais como má ou nenhuma compensação para a subsistência e/ou bens perdidos, ea falta de partilha de benefícios provenientes de explorações mineiras. É claro que há uma necessidade de negociações democráticas e equitativas sobre projectos de mineração na África para garantir que os benefícios sejam distribuídos equitativamente.

Este relatório apela para o desenvolvimento do Modelo da Legislação sobre Mineração (MLM) para garantir que os governos transformar as políticas e leis para garantir a mineração Africano apoia os direitos e necessidades dos seus povos, especialmente aqueles directamente afectados pelas actividades de mineração industriais. É importante, no entanto, reconhecer que há esforços em curso para harmonizar a legislação, especialmente a legislação de mineração, em toda a África e nas suas sub-regiões. É por estas razões que o MLM, aborda algumas dessas insuficiências e desafios, precisa ser desenvolvido.

² Veja, por exemplo, numerosos relatórios e artigos em www.bench-marks.org.za; www.minesandcommunities.org; www.business-human-rights.org

Âmbito do projecto de investigação sobre o estudo de casos: IANRA e o MLM

A *International Alliance on Natural Resources* (IANRA) é uma rede de 41 organizações membros e 14 associações nacionais em África, com parcerias com a comunidade e as ligações internacionais. Cada grupo nacional tem até 30 organizações membros, totalizando cerca de 150 participantes de organizações da sociedade civil (OSC), organizações baseadas na fé (OBF), organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais, todos os que trabalham na justiça de recursos naturais na África. O objectivo do NRA é promover uma gestão centrada na comunidade, sustentável e equitativa dos recursos naturais na África, melhorando assim significativamente os meios de vida, contribuindo para o desenvolvimento sócio-económico, promovendo a conservação e capacitando as comunidades para determinar seus próprios destinos de longo prazo.

Desde 2011, as organizações membros da IANRA tiveram discussões sobre o desenvolvimento de um projecto Pan-Africano para defender recurso mineral e legislação conexas e políticas que protejam e promovam os direitos humanos, e trabalham para o desenvolvimento inclusivo. Este foi informado principalmente pela estrada a Solução Projecto que viu muitas comunidades que visitam os outros através das sub-regiões de Joanesburgo para Mombasa através de Malawi e Zimbabué. A ideia foi mantida viva através de cada assembleia geral anual até o início do projecto em 2013.

Com base nos 13 principais problemas e princípios identificados no presente relatório de síntese estudo de caso, a associação da IANRA desenvolveu os seus “Primeiros Princípios para Pessoas Centradas no Modelo Sobre a Legislação de Mineração”, que lançou as bases para a sensibilização e advocacia local sobre as questões, e desenvolveu o MLM. Como parte do projecto do MLM, a IANRA também desenvolveu uma análise da legislação e políticas relacionadas com as indústrias extractivas e de direitos humanos nacionais e internacionais, bem como um guia de defesa de políticas para o uso por parte das comunidades, da sociedade civil, decisores políticos e outras partes interessadas. Essas análises serviram de base para a chamada para um MLM para a África. Algumas leis foram encontradas para ser arcaicas, desenvolvidas durante a era colonial garantindo assim que as pessoas não beneficiassem dos recursos naturais de suas terras ou que permitia as violações dos direitos humanos. Outra legislação em conflito com actos e políticas que prevalecem os direitos humanos e liberdades fundamentais. É neste contexto que a IANRA viu-lo apto a elaborar uma lei modelo informados por estes resultados e vários relatórios fornecidos pela IANRA sobre as comunidades em toda a sua adesão.

A elaboração do MLM começou em Março de 2015 após uma pesquisa com os principais interessados de todo o continente, como comunidades, outras OSC e os principais decisores políticos de por exemplo, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Grupo de Trabalho para as Indústrias Extractivas, Comissão Pan-Africana Parlamentar de Justiça e Direitos Humanos, e do Centro de Desenvolvimento de Minerais da África (que é encarregado de assegurar a implementação da Mineração da Visão Africana).

ESTUDOS DE CASOS

Metodologia

Foram conduzidos estudos de casos pelas seguintes organizações membros da IANRA (que são também os organismos responsáveis pela execução do Projecto do MLM da IANRA): a Associação do Direito Ambiental do Zimbabué (Zimbabué); Workshop de Desenvolvimento (Angola); ASADHO (Associação Africana de Défense de Droits de l'Homme [Associação Africana para a Defesa dos Direitos Humanos] (República Democrática do Congo); Benchmark Foundation África do Sul (BMF) e Fórum sobre os Direitos Litorais (CRF), em colaboração com a Aliança de Recursos Naturais do Quênia (Kenra) (Quênia).

Os países foram seleccionados como estudos de caso com base em violações dos direitos humanos relacionadas à mineração em grande escala, o nível de organização comunitária e o nível de participação e história de trabalho entre parceiros e comunidades seleccionadas. Os estudos de caso foram conduzidos usando uma combinação da acção de investigação formal e métodos participativos (PAR), com o objectivo de desenvolver planos de defesa de longo prazo nas áreas de pesquisa. Uma metodologia global e conjunto de questões de pesquisa orientadores foi construído para enquadrar os quatro estudos de caso para garantir que eles possam ser comparados e sintetizados.

Os parceiros de implementação a nível nacional (em conjunto com um pesquisador designado local, as comunidades afectadas, e o coordenador geral de investigação da IANRA) foram responsáveis pela identificação final, design e implementação de estudos de caso. A equipa de projectos sobre o MLM forneceu supervisão geral e a coordenadora da IANRA forneceu formação PAR e apoio contínuo. Os parceiros asseguraram que a formação na metodologia de pesquisa e uma orientação sobre o quadro de conteúdo de orientação para os estudos de caso foram fornecidos para os pesquisadores do estudo de caso.

Em cada país, os parceiros de implementação identificaram uma estrutura representativa da comunidade existente (ou apoiou a criação de uma comissão com base na comunidade para fornecer orientação e supervisão na pesquisa de estudos de caso) para garantir e apoiar as necessidades locais e que o conhecimento gerado poderiam ser tomadas para a frente em nível da comunidade por meio de acções de trabalho e defesa de acompanhamento. O projecto de pesquisa visa garantir os grupos que tradicionalmente detêm menos energia e têm um espaço limitado para a participação na tomada de decisão local - tais como grupos marginais étnicas, mulheres ou jovens - foram totalmente envolvidos em actividades de investigação (por meio de seus próprios grupos de foco). A metodologia de pesquisa visou também compreender melhor os impactos dos direitos humanos sobre as mulheres especificamente e como essas descobertas podem ajudar a produzir recomendações de políticas transformadoras de género para o desenvolvimento do MLM.

Entrevistas e discussões em grupos focais foram realizadas com pessoas afectadas pela mineração e funcionários do governo local no Ministério de Minas e as próprias empresas de mineração. A pesquisa secundária foi realizada e os resultados da investigação foram enviados para as respectivas empresas de mineração para os seus comentários.

QUÊNIA: Os perigos sobre espatoflúor

Este estudo de caso, realizado pelo Fórum de Direitos Litorais (CRF) em colaboração com Kenra, destaca o impacto do Kenya Fluorspar Company (KFC) sobre o povo do Kerio Valley em Elgeyo Marakwet concelho do Quênia ocidental. O estudo examina a mina de Kimwarer do KFC em dois locais - Soja e Chemoibon - que se encontram pertos da cidade de Kimwarer no distrito eleitoral de Keiyo do Sul.

Parte do Rift Valley, o Kerio Valley, que varia entre 1.200 metros a 1.000 metros de profundidade, é conhecido por seus depósitos de fluorita importantes descobertas na década de 1960. Espatoflúor, o segundo produto de mineração mais importante no Quênia após o carbonato de sódio, é utilizado para produzir fluoretos, que são um componente essencial para o fabrico de produtos industriais, tais como o aço, o ácido fluorídrico e fibra de vidro. O KFC, criado em 1971, baseia-se na parte sul da Kerio Valley, na cidade Kimwarer e é uma das poucas grandes empresas de mineração no Quênia.

A empresa exporta a maior parte de sua produção para a Europa e Índia. Uma vez que uma empresa do governo, o KFC foi privatizado em 1997 e é presidido por Charles Campo-Marsham,³ um canadense que também é o genro de Nicholas Biwott, o ex membro do parlamento para Keiyo do Sul (1979-2007) e o ministro que serviu como braço direito do presidente Daniel Arap Moi. Em Abril de 2015, o secretário de gabinete, Najib Balala, disse que a empresa teve um facturamento de cerca de KShs 4 bilhões de dólares por ano, mas havia declarado única KShs 300.000 para o governo.⁴

O KFC desempenha um papel económico significativo em Keiyo do Sul e é o único grande empregador lá. Ele emprega cerca de 200, a maioria dos quais são do distrito de Keiyo. A empresa teria pago o conselho de Keiyo KShs 18,4 milhões por ano em taxas de terras em 2012, e também paga portadores milhões de xelins locais por ano para transportar fluorita do campo para a fábrica.⁵ No entanto, esses impactos locais positivos devem ser pesados contra as experiências de muitos outros na comunidade local.

O problema com compensação histórica

Mineração realizada pelo KFC é um assunto controverso por causa da questão não resolvida da compensação pela perda de terras que data da década de 1970 e que continua a afectar as relações da comunidade local e a empresa. Em 1973, o governo reservou 9.070 acres (3.664 hectares) de terras utilizadas pela comunidade local para o KFC; de acordo com fontes do governo, havia 4.379 pessoas que vivem nesta terra que tinham direito a uma compensação. No entanto, a soma oferecida pela perda de terra era insignificante - KShs 450 por acre - e foi rejeitada pela maioria dos moradores. Apenas um pequeno número de moradores aceitaram a compensação (209 pessoas, de acordo com informações dos moradores), mas o governo agora alega que a compensação já foi fornecida para todos. Na verdade, o governo reservou

³ Ver <http://fieldmarshamfoundation.org/team-category/trustees/>

⁴ George Omondi, 'Balala planeia auditorias na empresa de mineração do Biwott's', 10 Maio de 2015, <http://www.businessdailyafrica.com/Row-looms-as-Balala-plans-audit-of-Biwott-s-mining-firm/-/539546/2712310/-/79haiuz/-/index.html>

⁵ 'Mineração de espatoflúor destina-se a beneficiar a maior porção', 2 de Fevereiro de 2012, <http://www.nation.co.ke/counties/Flourspar-mining-set-to-be-the-real-big-earner/-/1107872/1318014/-/f4jrhu/-/index.html>

um montante de KShs 3,6 milhões para a compensação em 1975, mas a maior parte deste desapareceu, presumivelmente devido a corrupção. Desde então, os moradores têm feito campanhas para uma compensação justa e agora estão organizados no Kimarer Sugutek (Espatoflúor) Community Trust, criada em 2005. Com efeito, os moradores vivem como posseiros em "sua" terra. Estima-se que cerca de 1.500 famílias vivem na fazenda, área da mina que é uma média de cerca de 4 acres de terra.

Em 2009, os aldeões tentaram levar seu caso para a compensação para o Supremo Tribunal do Quênia, em Nairobi, mas não avançou devido à falta de fundos. Em 2011, os moradores apresentaram um memorando para a Verdade, Justiça e Reconciliação em Nairobi e Eldoret, mas a Comissão não mencionou isso no seu relatório final. O Community Trust diz que suas reuniões na área local são frequentemente interrompidas e frustrado por poderosos líderes locais, a polícia, os administradores provinciais, bem como o KFC. Alguns líderes comunitários foram mesmo presos ou perseguidos.

Esta situação é ruim para ambos os aldeões e a empresa: os moradores estão frustrados pelo restante posseiros em uma situação incerta, enquanto o KFC está aborrecido por não estar capaz de exercer livremente em actividades de mineração na terra e implorou ao governo para remover os invasores de "suas terras arrendadas". Em 2012, por exemplo, o director-geral do KFC escreveu ao Comissário de Minas e Geologia para empreender "acções urgentes" contra 2.500 a 3.000 pessoas na área e animais que se moviam livremente e que interferem com o trabalho do KFC.

Em Maio de 2015, o governo anunciou que foi a criação de um grupo de trabalho liderado por um advogado, Paul Otieno Nyamodi, para investigar as preocupações levantadas pela comunidade local. Cinco membros da comunidade local vai participar neste grupo de trabalho. De acordo com o comunicado do governo o grupo de trabalho, este último vai "explorar formas de compensar os moradores para suas terras privadas e também investigar as circunstâncias sob as quais fundos de compensação alegada foram desviados para outros usos pelos administradores do passado e do presente e os políticos".⁶

No entanto, para além da compensação histórica, o Trust Community tem uma longa lista de queixas contra o KFC para uma variedade de impactos adversos sobre a sua subsistência.

Outros impactos negativos das actividades mineiras

A empresa está actualmente a pressionar **a comunidade local para realocar** sem oferecer uma compensação justa ou os meios para reconstruir as suas vidas em outro lugar. O Community Trust diz que quando o KFC queira expandir mineração para uma nova parte da área de locação onde os moradores estão a viver, induz-los a mover-se com a oferta de KShs 15.000 (US\$144), uma quantia considerada apenas como um 'sinal' pelos aldeões. Se eles se recusarem, as casas de algumas pessoas que foram demolidas enquanto outros ou foram expulsos à força ou tragado por operações de mineração, deixando-os sem escolha, mas para sair.

⁶ 'Inauguração do comunicado de imprensa sobre o grupo de missão - Maio de 2015', <http://www.scribd.com/doc/264936503/Press-Statement-Launch-of-Taskforce-May-2015>

As pessoas também não estão autorizados a reconstruir ou fazer reformas significativas para seus domicílios localizados dentro da área de locação. Erigir uma cerca em torno da herdade ou fazer melhorias para a lama tradicional palha através da introdução de chapas de ferro pode resultar em cartas de advertência a ser emitido. O Community Trust afirma que a empresa:

continuou a perturbar nosso povo e interromperam seus meios de vida e no processo sofreram inconvenientes terríveis sociais e económicos e perdas, bem como angústia mental e trauma devido a estes planos de mineração ao acaso.⁷

Operações de mineração do KFC, assim, contribuir ainda mais para a questão dos deslocados internos dentro da área de locação.

O KFC não permite que as pessoas na área de locação de crescam **culturas alimentares e comerciais** em suas terras. Se os agricultores tentam preparar suas terras para a cultura das plantas e árvores, o KFC planta árvores, portanto, para todos os intentos e propósitos expulsando os agricultores, privando-os de sua subsistência. Alguns agricultores mulheres dizem que, a fim de farm eles têm que deixar suas casas na área arrendada e viajar longas distâncias, o que significa deixar seus filhos sem cuidados. As mulheres, então, enfrentar o fardo de ter de transportar os seus rendimentos de volta para onde eles vivem.

Da mesma forma, a empresa não permite que as pessoas na área de locação de **colha suas árvores** como toras, madeira, lenha ou carvão vegetal, que também pode proporcionar uma importante fonte de subsistência. As mulheres que são apanhadas a procurar lenha podem ser presas e sua lenha e ferramentas (pangas, machados e cordas) confiscada pelos guardas do KFC, os guardas florestais do Quênia, ou a polícia.

Moradores locais acreditam que o **abastecimento de água** local pode ser poluído por actividades de mineração; se a amostragem de água independente tenha ocorrido, os moradores não estão conscientes disso. Eles dizem que o KFC descarga de efluentes a partir de sua planta de processamento/fábrica para os rios de Kimwarer e Mong que se juntam para fazer o maior rio Kerio ou Endoo. Os moradores locais utilizam a água desses rios para beber, regar o seu gado, e irrigação. O rio Kerio também serve condados Elgeyo Marakwet, Baringo, West Pokot e Turkana. Relatos da mídia de tanto tempo atrás, em 2004 afirmou que a empresa estava a lançar resíduos atado com ácidos clorídrico e sulfúrico e outros metais pesados no rio, colocando riscos para a vida das pessoas que utilizam a água. Um Ministério da Água e Irrigação investigação em 2005 descobriu que as águas residuais de lagoas de sedimentação da empresa, que tinham altos níveis de fluoreto, foram encontrando seu caminho para o Rio Kimwarer. O relatório observou que o KFC "é provável que seja liberando os resíduos directo ao rio", e convidou a empresa a desistir de fazê-lo, afirmando "os direitos dos moradores têm de ser respeitados".⁸

A empresa utiliza **máquinas de mineração pesada** em áreas onde deslizamentos de terra, o fluxo de solo e rocha cai ocorrem frequentemente, que põem em perigo a vida de pessoas e animais, bem como edifícios e culturas. Houve casos onde as cabras das pessoas foram enterradas vivas por escavadeiras da empresa e gado atropelado. Estas máquinas também

⁷ Kimarer Sugutek (Espatoflúor) Community Trust, 'Breve História sobre o problema da Compensação de Terras Espatoflúor', instruções disponibilizados aos investigadores

⁸ Carta da Administração Provincial de Água Provincial, província de Rift Valley ao Ministério de Água e Irrigação, 28 de Julho de 2005

arrancar e enterrar árvores indígenas que têm um significado económico, cultural e medicinal. Os moradores nunca são compensados.

Estes deslizamentos de mineração, os fluxos de solo e queda de pedras também têm se bloqueado e **cursos de água e tubulações de água** destruídas, afectando o acesso da comunidade à água. No entanto, o KFC não tem, que se saiba, quaisquer compensações para fornecer fontes alternativas de água para a comunidade local.

As operações de mineração do KFC criaram grandes **pedreiras e poços** que põem em perigo a vida de pessoas e animais. Um número de bovinos, ovinos e caprinos caíram nas pedreiras abertas e morreram ou tiveram seus membros quebrados. No entanto, a comunidade tem conhecimento de qualquer caso de compensação por eventuais mortes de animais ou ferimentos causados por essas quedas acidentais.

A empresa também utiliza **explosivos poderosos de minas** que causam enormes explosões, e atiram pedras e outros detritos que, por vezes, batem ou matam animais ou danificam edifícios e culturas próximas, e põe em perigo a vida das pessoas.

O KFC estabeleceu **barreiras rodoviárias** em um número de lugares que são vigiados 24 horas por dia, onde guardas de segurança da empresa verificam os veículos que entram e saem para fins de "segurança". No entanto, os guardas também perseguem os comerciantes locais de venda de carvão vegetal, lenha, madeira e pólos. Os guardas do KFC, por vezes, mantêm uma carga de caminhão desses bens por horas ou mesmo dias sem motivos justificados, mesmo quando os comerciantes têm licenças e os itens não vêm da área de locação.

O **posto policial** na Chebutiei serve principalmente os interesses da empresa e não a comunidade local com a prisão de pessoas que são percebidos como tendo prejudicado a empresa. Em 2013, por exemplo, quatro homens foram detidos uma noite e punidos no Tribunal Eldoret sob a acusação de roubo para resistir árvore de corte na sua aldeia pelos funcionários do KFC. A polícia que patrulham a área é vista a trabalhar para o KFC e as pessoas consideram o governo local como simplesmente uma aliança com a empresa.

As operações de mineração do KFC **destroem túmulos** através do uso de máquinas pesadas e de movimentação de terras. No entanto, o governo não pediu à empresa para colocar em prática medidas para a exumação e novo sepultamento dos parentes falecidos. A comunidade local considera isto como uma clara falta de respeito por aqueles que já não estão presentes. O Community Trust nota:

O KFC ganhou uma reputação de um vizinho hostil que olha de cima a baixo a nossa comunidade e não tem nenhum respeito por nós e nossos irmãos falecidos, nossas crenças e práticas culturais, o Estado de direito e da boa vizinhança.⁹

À luz destes problemas extensos, os gastos do desenvolvimento da comunidade local do KFC são irremediavelmente inadequados. Na vila de Cheshire que se encontra perto da sub-localização, no entanto, as pessoas locais elogiaram a empresa para a manutenção da estrada local e para a construção de salas de aula em várias escolas na área.

⁹ Kimarer Sugutek (Espatoflúor) Community Trust, 'Breve História sobre o problema da Compensação de Terras Espatoflúor', instruções disponibilizados aos investigadores

As vozes das pessoas afectadas

Nós não gostamos de ser forçados a abandonar as nossas casas sem obter pelo menos um lugar alternativo. O KFC nos ordenadou da mesma maneira que pedísimos aos nossos avós. Nós não temos emprego. Eles dizem que têm construído as estradas, mas que é de nossa riqueza [ou seja, os minerais], não são deles. Nós não temos nenhum lugar para exploração. Se esta era uma boa companhia, que estaria a receber benefícios - por exemplo, estudantes de alto desempenho estariam a receber propinas pagas.¹⁰

(Reunião em Waon, na localização de Morop, 21 de Maio de 2014)

Eles [KFC] escavam com indiferença a nossa sobrevivência cultural, tais como a apicultura; nossas vacas caem em pedreiras das minas. Nós experimentamos a escassez de água devido à indiferença do KFC sobre o impacto de suas actividades sobre nossa terra, nascentes, córregos e rios. A sua oferta de KShs 15.000 para realocação interna não podem mesmo recompensar para a demolição de uma estrutura herdada muito menos construir uma nova casa.

(Reunião em Waon, na localização de Morop, 21 de Maio de 2014)

Eles estão a escavar mas vemos nenhum lucro do arrendamento. Em vez disso, vivemos na incerteza; as mães são presas por buscar lenha ... Antes do KFC, não tivemos problemas, tínhamos milho, legumes e sorgo ... Quando a empresa era uma estatal, a concessão oferecida resultou numa boa vida até 1977.

(Na vila de Kewapmwén, na localização de Turesia, 26 de Maio de 2014)

Tínhamos liberdade, ninguém nos tocou; nós arados as nossas terras, vacas criadas, ovinos e caprinos. Agora nem estamos autorizados a buscar lenha. Eles nos negaram a lenha, mesmo quando eles caíram das árvores.

(Na vila de Kewapmwén, na localização de Turesia, 26 de Maio de 2014)

Se estiver perto, o KFC não vai contratá-lo, porque vai revelar os seus segredos. Por isso, eles preferem contratar pessoas de fora. Se tentar embarcar em um projecto, como uma casa, eles vão demolir. Quando eles demoliram a minha, eu informei a polícia de Kaptagat (20 de Julho de 2004). Foi-me dito para pegar meus pertences e deixar as chapas de ferro. Eu fui ao tribunal e uma vez que o KFC sabia sobre isso, eles me chamaram para explicar que eu não posso ganhar um processo contra a empresa. Agora o meu dinheiro está terminado, eu não posso ser contratado porque o caso ainda não foi finalizado.

(Na vila de Kewapmwén, na localização de Turesia, 26 de Maio de 2014)

¹⁰ Deve-se notar que, embora que o KFC ofereça bolsas de estudo para filhos de membros do KFC, porque não há nenhuma relação amigável, a comunidade não participa na decisão de quem recebe uma bolsa de estudos e de facto muitos não sabem deste gesto da Responsabilidade Social Corporativa (CSR)

ANGOLA: Ultrapassando a comunidade

A comunidade Tyihule está localizada no município de Gambos na província da Huíla do centro-sul de Angola, e seus habitantes viveram na área desde os tempos coloniais, pelo menos, com ligações ancestrais fortes com a terra. A comunidade está localizada a 6km da cidade principal de Chimbemba e 130 quilómetros da capital da província de Lubango. As pessoas da comunidade Tyihule são do grupo étnico Mungambwé, um sub-grupo de os nhanecas Humbe, o principal grupo étnico da província de Huila, e falar a língua local com o mesmo nome. Eles são agricultores de subsistência agro-pastorais que se movem com o seu gado de acordo com a época, ou seja, a transumância, que transitam regularmente uma área local de 10 quilómetros entre Abril e Agosto e movendo-se entre setembro e março a Tunda dos Gambos (100km do local) devido às suas ricas terras para pastagem de gado. A comunidade ocupa e usa terras com base em princípios habituais e não tem nenhum títulos formais de terra.

Os serviços sociais são poucos. A comunidade não tem electricidade e a escola e clínica mais próxima encontra-se a 7 a 8 quilómetros da comunidade na Chumbamba. Como resultado, as crianças mais jovens muitas vezes não frequentam a escola e os jovens geralmente não fazem, como eles são necessários para ajudar com as actividades domésticas e agrícolas. As necessidades básicas de saúde não são em grande parte mantidas desde que a comunidade não tem transporte próprio para a clínica. A comunidade Tyihule também não tem segurança alimentar é a fome é uma situação comum. A região centro-sul de Angola está a sofrer particularmente no aumento das secas cíclicas e prolongadas, o que afecta muito a produção agrícola. A comunidade já não tem capacidade de produzir um excedente agrícola para vender. As pessoas às vezes recebem a distribuição de alimentos de baixo nível do governo, mas isso não é suficiente para satisfazer as suas necessidades.

Os impactos da mineração de granito

O município dos Gambos é rica em minério de ferro e granito, e a principal empresa de mineração na área é a Rodang Rochas Orçamentais LDA, uma empresa mineira angolana¹¹ supostamente criada em 2008 com US\$ 3,5 milhões de investimento.¹² A Rodang mina milhares de metros cúbicos de marron (preto) de granito na área e exportações para os Estados Unidos, Europa e China. Ele tem cerca de 70 empregados, mas a sua propriedade e os accionistas não são claras.¹³

As actividades de mineração de Rodang afecta a comunidade Tyihule em uma série de maneiras, a mais importante das quais está a fechar caminhos transumantes e ocupa um terreno agrícola utilizado pela comunidade. A restrição do movimento da comunidade, uma longa tradição de práticas transumantes, ocorreu quando as operações de mineração começaram em 2008. Além da terra que ocupam mina que a comunidade local estava usando, as pessoas

¹¹ Diário da Republica, III SÉRIE – No. 64 – DE 10 DE AGOSTO DE 2004, pp. 2595–2596

¹² ‘Empresa de rochas orçamentais angolana irá diversificar produção na província de Huíla’, 11 de Junho de 2010, <http://www.macauhub.com.mo/en/2010/06/11/9247/>; <http://jornaldeeconomia.sapo.ao/empresas/rodang-investe-mais-de-usd-3-milhoes-na-exploracao-de-granitos>, acessado 18 de Maio de 2015

¹³ Em uma publicação de 2004 sobre a Agência Nacional para Investimentos Privados (ANIP) para investimentos aprovados, a Rodang encontra-se alistada como proveniente de Panamá, http://www.anip.co.ao/ficheiros/pdfs/PAISES_2004.pdf, acessado em 18 de Maio de 2015). No entanto, de acordo com as nossas informações foi registada na sede em Angola, na província de Huíla, com um capital inicial de US\$25,000, e com Arroso (Mineração e serviços, Limitada) e Milliken International IMC como accionistas

dizem que também destruiu dois terrenos agrícolas comunais adicionais localizados fora o perímetro da mina despejando pedras produzidos a partir de actividades de mineração. O líder tradicional da comunidade (o secula) levantou esta questão com o governo local, mas foi aconselhado a deixá-la como a empresa de mineração agora propriedade da terra e contribuiu para as receitas do Estado. A comunidade também dizer que árvores de fruto em alguns dos morros foram destruídos quando começaram as operações de mineração, a remoção de uma importante fonte de nutrição para uma população já de insegurança alimentar. A comunidade, que nunca tinham sido deslocadas de terras antes da abertura da mina Rodang, não recebeu nenhuma compensação pela perda de suas terras. No entanto, a lei angolana não é clara sobre as obrigações da empresa sobre este ponto.¹⁴

o acesso da comunidade a um número de fontes de água também tem sido restringido pela operação de mineração. A escavação da área está alterando drasticamente a topografia local, eliminando as pequenas colinas ao redor das comunidades que servem vários propósitos importantes. Uma caverna no sopé de uma colina, por exemplo, que tinha fornecido um reservatório natural para a coleta de água da chuva e uma importante fonte de água foi fechada devido à mineração. Além disso, um número de poços, que a comunidade tinha escavado para obter água, foram fechados ou estavam cheios. No entanto, como compensação por essa perda de água a empresa instalou uma torneira de água para a comunidade de usar, mas o acesso a este depende da boa vontade de um guarda.

As pessoas na comunidade de Tyihule dizem que não foram consultados ou mesmo informados sobre a possível abertura de uma mina na sua área. Não está claro se a empresa levou a cabo uma Avaliação de Impacto Ambiental (EIA), mas é claro que a comunidade não tenha sido informado, ou envolvido no processo.

Por sua natureza, a mineração causa um grande dano ambiental através da escavação do solo e interromper os sistemas de água subterrânea naturais. Em uma entrevista com o pesquisador, um representante da Rodang reivindicou as caixas criadas por actividades de escavação são re-encheu uma vez exploração está completa e a terra, em seguida, se torna suficientemente fértil para re-crescimento. No entanto, a Direcção Provincial de Geologia e Minas afirma que a empresa não sempre voltar a encher a terra após o encerramento de uma operação de mineração. Também não é claro se de facto a Rodang replanta as árvores destruídas como resultado de suas operações de mineração. Quando o pesquisador perguntou a empresa como ele mitiga os impactos ambientais na comunidade, a Rodang observou a pulverização de água nas operações de mineração para reduzir a poeira e poluição do ar.

Muitos na comunidade dizem que foram afectados pelo som de explosivos utilizados por Rodang durante a sua fase inicial de exploração. Uma vez que não tinha sido informado sobre a possível abertura de uma mina na sua área, muitas pessoas inicialmente fugiram como eles pensavam 'a guerra estava de volta'. A poluição sonora do uso continuado de dinamite em operações de Rodang afecta a saúde da comunidade e do bem-estar da comunidade.

A comunidade também está insatisfeita com a falta de investimentos sociais da empresa de mineração. A Rodang afirma que forneceu o financiamento para alguns projectos, a pedido do

¹⁴ Embora a Constituição (2010) e da Lei de Terras (2007), ambos reconhecem o direito a uma indemnização justa em casos de desapropriação de terras pelo Estado para o interesse público, não está claro como esses direitos são protegidos no que diz respeito às áreas identificadas para actividades de mineração. No Código de Mineração, disposições em relação à extracção do recurso não incluem o direito das comunidades a dar o seu consentimento; apenas proprietários de terra legais têm esse direito e eles são definidos como indivíduos ou agências estatais

governo local,¹⁵ mas em sua opinião, os investimentos sociais são de responsabilidade do Governo de Angola, a ser pago por suas receitas do sector de mineração.

Nem a comunidade beneficiar significativamente as oportunidades de emprego em potencial - apenas três homens da comunidade estão em empregos remunerados na mina. Os trabalhadores são principalmente a partir de outras partes da província onde Rodang anteriormente realizado operações de mineração, tais como Chibia. A população local diz Rodang é reticente em empregá-los, uma vez que não têm formação e experiência. No entanto, eles acreditam que deve ser oferecido algum tipo de oportunidade de trabalho uma vez que a mina está localizada em sua comunidade e os fez perder algumas terras agrícolas e fontes de água. Alguns também sugerem uma falta de transparência e práticas de corrupção no processo de recrutamento, dizendo que aqueles que pagaram AKZ8,000 (US\$ 80) para o chefe de seção foram contratados, enquanto aqueles que recebem menos foram infrutíferas. Desde a mina oferece poucas oportunidades de emprego, e para a comunidade enfrenta a fome, muitos jovens têm ido para a capital provincial, Lubango, e até Luanda, à procura de trabalho.

As pessoas na comunidade local dizem que a empresa de mineração mal se envolve com eles e nunca participou nas discussões da comunidade ou de resolução de problemas. Embora a comunidade foi convidada a participar na inauguração da mina, esta foi praticamente a única vez que teve qualquer interação com a empresa. As barreiras linguísticas não ajudam - os membros da comunidade não falam Português e o gerente da empresa de mineração não falar a língua local. Nas discussões dos grupos focais, os participantes da comunidade afirmou que antes de iniciar as actividades, a empresa de mineração e do governo local deveria ter abordado o líder tradicional e realizou uma reunião com a comunidade para discutir o projecto, ouvir as preocupações da comunidade sobre possíveis impactos negativos, e ouvir a sua opinião sobre os investimentos sociais para maximizar os possíveis impactos positivos.

A comunidade local entende pouco da legislação mineira e terras de Angola e é, portanto, incapaz de exigir que seus direitos sejam respeitados. O que eles têm é uma sensação geral de 'direito' para beneficiar a riqueza da mina e uma sensação de privação de direitos com relação a ter sido privado de algumas fontes de terras agricultáveis e água. No entanto, o baixo nível de educação e alfabetização da comunidade torna difícil para a população local a participar activamente em discussões sobre leis e políticas.

Problemas com as leis e políticas de mineração de Angola

Embora o Código de Minas de Angola de 2011, um avanço relativamente à legislação anterior, em alguns aspectos, continua a haver uma série de lacunas importantes na legislação e políticas que contribuem para a falta de desenvolvimento das comunidades locais.

Primeiro, a legislação mineira coloca algumas obrigações às sociedades de promoção da RSE e as políticas de conteúdo local, o que poderia ajudar a desenvolver as comunidades locais. A ausência de políticas de conteúdo local na mineração (como obrigar as empresas a adquirir uma certa percentagem de produtos e serviços localmente e empregar uma certa percentagem de cidadãos angolanos) contrasta com

¹⁵ Por exemplo, um artigo da agência de notícias do Estado angolano em Abril de 2009 mencionou a construção de uma escola no município de Chiba com recursos da Rodang, http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2009/3/14/Rodang-investe-mais-tres-milhoes-dolares-exploracao-granitos,32d6fc3e-83da-44fe-b4a1-4bc150b798ad.html

o sector de petróleo onde a promoção de conteúdo local tornou-se uma exigência. A falta de fortes exigências legais de promoção da RSE em parte explica a falta de investimento social significativo na comunidade local por Rodang. O governo municipal disse em uma entrevista que ele tinha pouco a responsabilidade de assegurar boas práticas pelas empresas de mineração, a não ser para incentivá-los a gerar empregos localmente sempre que possível, e para reparar qualquer dano ambiental. Na verdade, os entrevistados do governo sentiu o desenvolvimento das comunidades localizadas próximo das minas é da responsabilidade das empresas de mineração, enquanto a empresa diz que esta é a responsabilidade do governo. A falta de uma política económica forte e eficaz que promove o sector não extractivo da economia e diversifica oportunidades económicas para as pessoas contribui para a falta de desenvolvimento local.

Em segundo lugar, há uma falta de governança participativa e descentralizada e participação activa dos cidadãos na identificação de problemas e soluções de desenvolvimento. Isso significa que as comunidades não têm voz ou espaço para levantar suas preocupações e exigir seus direitos. A abordagem centralista de governação de mineração em Angola resulta em níveis nem comuns nem municipal de governo que prendem tanto poder no que diz respeito às operações de mineração. O poder de regular o sector de mineração é quase inteiramente nas mãos de estruturas nacionais, enquanto os níveis locais e municipais de governo têm responsabilidades limitado para regular impactos ambientais e facilitar ambientes comerciais favoráveis para a mineração. Uma questão relacionada é a falta de transparência e prestação de contas, tanto no sector extractivo e prestação de serviços públicos, o que significa que as comunidades são incapazes de manter tanto do sector privado ou de estado atores responsáveis por respeitar os direitos humanos ou a distribuição de receitas.

Terceira Lei, Angola é vaga em algumas questões, por exemplo, os direitos ambientais e protecções, tal como definido na Lei do Meio Ambiente e o estado do Código de Mineração que os padrões específicos relacionados com a preservação do meio ambiente deve ser observado em actividades de mineração. No entanto, na elaboração destas normas, riscos ambientais devem ser comparados com as vantagens que as actividades de mineração pode trazer para as comunidades, com o objectivo de equilibrar esses interesses - uma questão difícil de pesar.

Em quarto lugar, os mecanismos para trazer todas as partes interessadas (a empresa de mineração, as comunidades e os portadores de deveres locais) em conjunto são escassos, o que significa que cada actor opera de forma isolada a partir do outro, sem meios para discutir problemas comuns. Enquanto os processos gerais de resolução de conflitos, através de mecanismos de governança tradicionais, estão descritos na legislação de Angola, a lei de mineração não estabelece qualquer órgão quase-judicial específica para lidar com os conflitos que surjam entre as comunidades e as empresas. Este problema é destacada no caso da comunidade Tyihule, que se queixaram sendo privados de terras agrícolas, mas foi rejeitado pelo governo local.

Por último, um grande problema é o fracasso do governo em implementar a legislação. O Código de Mineração afirma que os primeiros objectivos do sector de mineração são garantir o desenvolvimento social e económico contínuo do país, criar empregos e melhorar as condições de vida das populações locais. Acrescenta que as actividades de mineração deve perturbar arranjos económicos e sociais locais tão pouco quanto possível. Estes princípios, no entanto, são pouco sendo promovido na prática, no caso

da comunidade Tyihule. O sistema legislativo angolano exige que as leis sejam acompanhados por regulamentos que fornecem os detalhes das disposições gerais descritos nas respectivas leis. No entanto, apesar de ter sido aprovada em 2011, os regulamentos código de mineração ainda não foram produzidos no momento desta publicação. Isso explica por que o governo local não tem conhecimento suficiente da legislação mineira.

ZIMBABUÉ: Problemas com platina e crómio

Mhondongori Divisão 5 está no Conselho Distrital Rural Zvishavane-Runde na província de Midlands do Zimbabué, e é o lar de cerca de 3.000 pessoas que vivem em 12 aldeias. Mhondongori Divisão 5 é uma área de cultivo agrícola há muito estabelecida e tem uma história de ouro e crómio de mineração formal e informal, mas tem mais recentemente hospedado actividades de mineração de platina em grande escala. Ele está localizado no extremo sul da correia mineral do Grande Dique, a 550km de comprimento costura da rocha que abriga quantidades de platina, ouro, níquel, cobre, e cromio.

A maior mina de platina na área é a Mimosa, uma operação de grande profundidade de 200 metros, que é de propriedade conjunta por duas empresas africanas baseada Sul - Implata Platinum (Implats), que produz 22% da platina do mundo, juntamente com suas minas na África do Sul,¹⁶ e Aquarius Platinum Ltd, que é listada na London, Joanesburgo e bolsas de valores da Austrália. Em 2014, a mina Mimosa produziu 110,200 onças de platina e foi estimada a ter reservas de 1,2 milhões de onças.¹⁷ Aquarius afirma que Mimosa contribuiu US\$ 130 milhões para a receita da empresa em 2014, a partir do qual ele fez um lucro bruto, ou seja, antes de impostos de US\$ 22 milhões.¹⁸

A outra actividade principal na enfermaria é de pequena escala de mineração de crómio, envolvendo indivíduos locais e pequenas empresas em parceria com empresas chinesas. operações de crómio em Zvishavane são todas as actividades de mineração de superfície ou a céu aberto, e a maioria são sobre os pedidos pertencentes a Zimasco, que é detido maioritariamente pela empresa estatal chinesa, Sinosteel Corporation. Zimasco opera um sistema tributário que dá para fora reivindicações minas de crómio a pequena escala ou artesanais mineiros, que são fornecidos com entradas e mina o crómio antes de vender para Zimasco. As empresas de mineração de crómio mais notáveis são Mangemba, Mavhindi, Kagonye, Zim-China Chrome, Ding Li Chrome, e Mulaya Chrome. A maioria não são registrados com o Ministério de Minas e deixam de produzir certificados de AIA, conforme prescrito pela Agência de Gestão Ambiental (EMA) do Zimbabué (ver abaixo).

Uma pesquisa da Associação de Direito Ambiental do Zimbabué constatou que a comunidade local acreditasse que a mineração tenha contribuído para alguns benefícios económicos da região. No entanto, as entrevistas com a população local, o Conselho do Distrito Rural, as minas, e o EMA, também levantou preocupações sobre alguns impactos sociais e ambientais e da legislação e das instituições de mineração de regulação.

A mina Mimosa

As operações da Mimosa são consideradas pela comunidade local como tendo impactos positivos e negativos. Do lado positivo, a mina Mimosa aloca alguns fundos para apoiar o desenvolvimento da comunidade local e tem contribuído US\$ 10 milhões para a Zvishavane Community Participation Trust, que financia projectos no distrito e nas 12 aldeias próximas à mina. Na Escola Secundária Mukwidzi numa aldeia, por exemplo, a empresa construiu dois blocos de sala de aula e equipado-los com móveis, ajudou a construir um bloco comunidade, proporcionando telhados e móveis, perfurou um poço e renovado um moinho de vento e tanque para fornecer água para a escola e casas para professores. A empresa também tem

¹⁶ 'Perfil da empresa', <http://www.implats.co.za/implats/Company-profile.asp>

¹⁷ 'Mimosa', <http://aquariusplatinum.com/mimosa>

¹⁸ 'Mimosa', <http://aquariusplatinum.com/mimosa>

contribuído para equipar Mhondongori Clinic, a perfuração de um poço para melhorar o abastecimento de água local e construção de uma clínica e habitação para quase todos os seus funcionários.¹⁹

A mina Mimosa empregava cerca de 1.550 funcionários e empreiteiros em 2014.²⁰ Embora tenha criado alguns postos de trabalho para a população local, líderes comunitários dizem que estes são extremamente reduzida, com apenas cerca de 5% da força de trabalho da mina. A comunidade também está preocupado com um sistema de quotas claro usado para empregar pessoas locais e que ele percebe como uma falha da empresa para cumprir as suas promessas de empregar mais moradores locais. Mimosa sub-contratos a contratação de funcionários para os empreiteiros que, em seguida, assume trabalhadores da construção civil. A maioria destes trabalhos são para trabalhadores ocasionais. Os membros da comunidade estão preocupados que as leis trabalhistas são, por vezes violado uma vez que há casos de empregados que trabalham durante meses sem ser pago.

As mulheres têm ainda menos oportunidades de trabalho na Mimosa e as minas e cromo de pequena escala, apesar de o governo de Política Nacional de Género do Zimbabué, a mineração continua a ser um sector dominado pelos homens. As operações de mineração da Mimosa tende a ser trabalhosas, altamente mecanizadas, e com base em modelos de mudança que todos reduzam a possível participação de mulheres.

A comunidade local está preocupada com uma série de impactos sociais e ambientais da mina Mimosa. Uma diz respeito às emissões de fumaça preta e poluição do ar. Na verdade, muitas pessoas locais acreditam que eles são continuamente inalação de poeira tóxica, que emana da barragem de lama da mina. O vento predominante geralmente sopra a poeira a partir da barragem de lodo no sentido de várias aldeias, e os moradores relatam que o ar é pungente de operações da mina. A poeira faz com que algumas árvores para transformar preto ou branco, e para secar e morrer. Comunidades também se queixam de ruído dos caminhões pesados e máquinas da mina.

Falta de água potável é um problema grave em todas as aldeias e busca de água é uma actividade muito demorado para as mulheres. Em uma aldeia - conhecida como Aldeia 8 - não existem fontes de água fiáveis uma vez que existem alguns poços, a maioria dos quais são quebrado. No entanto, a mina Mimosa bate a sua água do rio Ngezi nas proximidades e transporta água para a mina através de tubos que passam através da aldeia. As pessoas locais acreditam que merecem partilhar a água e tem havido casos de membros da comunidade vandalizando os tubos de acesso à água. Há tensões significativas relativas a esta questão, o que pode agravar-se se não for atendido.

O lixo jogado pelos empreiteiros e mineiros de pequena escala é outro problema. Os regulamentos para garantir lixo é descartado adequadamente em pontos designados são mal aplicadas, o que leva a maca sendo amplamente dispersa. Como a área da mina não é completamente vedada para o gado, em seguida, se alimentam do lixo que inclui macacões fora de uso, papel, garrafas, latas de alumínio e plástico. A comunidade pediu a mina de empregar pessoas locais para limpar o lixo em torno da área de mineração.

¹⁹ Ver também a Associação de Direito do Ambiente do Zimbabué, *Mineração dentro do Grande Dique do Zimbabué: Extensão, Impactos e Oportunidades*, 2012, p. 8

²⁰ 'Mimosa', <http://www.implats.co.za/implats/Mimosa.asp>

Porções de terra são apuradas pela mineiros crómio de pequena escala e informações fornecidas pela comunidade local é que algumas empresas contratadas para a Mimosa, como aqueles envolvidos na construção ou transporte trabalho, aleatoriamente cortar as árvores para seu próprio uso. Esse desmatamento reduz a disponibilidade de lenha para a população local e significa que as mulheres têm que viajar longas distâncias para obter suprimentos.

Há também tensões em matéria de alguns limites de uso da terra entre Mimosa e da comunidade local. Quando a Mimosa veda a sua área de mineração que corta caminhos pedestres tradicionais da comunidade de lojas e áreas de pastagem. Embora a mina respondeu às objecções por re-abrir alguns destes caminhos, a comunidade local ainda tem menos acesso do que antes, e considera a resposta da empresa como inadequada.

Há, no entanto, as linhas de comunicação entre Mimosa e da comunidade, muito mais do que com os mineiros de crómio de pequena escala. Na verdade, as pessoas locais sentem que a Mimosa é muito sensível a algumas das suas preocupações, ao contrário dos mineiros crómio com quem há muito pouca comunicação. Um comité compreendendo o vereador ala e coordenador, chefe da aldeia, e representantes políticos foi criado em 2001, quando as actividades de mineração de Mimosa começou. Esta plataforma foi concebido para permitir que a comissão para realizar reuniões com a mina para discutir questões que afectam a comunidade. No entanto, as reuniões não são realizadas regularmente e feedback para a comunidade em geral não é dado de forma consistente. As pessoas locais se queixam de que o comité tem um mandato claro e é mal gerido.

Mineração de crómio



Mineração de crómio em Zvishavane

Investigações descobriram que os mineiros de crómio de pequena escala têm os maiores impactos ambientais e sociais na comunidade local. A terra tornou-se cada vez mais degradada como resultado da mineração de crómio e a formação de covas, o que levou à perda de diversidade biológica, incluindo plantas e recursos naturais importantes para a subsistência das

peças. A comunidade local está rapidamente a perder pastagem e terras agrícolas - estimativas aproximadas colocar a perda de 30% a 50% de toda a terra na enfermagem. Os mineiros de crómio não constroem novas estradas permanentes e abrem para continuar mineração durante a estação chuvosa, o que afecta as pastagens produtivas e provoca a perda de árvores, grama e solo fértil.

Em algumas aldeias - nomeadamente aqueles conhecidos como 7a e 7c - mineração de crómio-aberto deixou profundas fossas abertas, causando vários problemas na estação chuvosa. Crianças nadar nestas piscinas de água com a ameaça de afogamento e ser afectado por doenças transmitidas pela água, como a bilharziose. De acordo com informações do vereador ala e entrevistas com a comunidade local, uma menina de 11 anos de idade, Asa Mpopu, afogada em um dos poços em Outubro de 2012. Da mesma forma, em 2001, Fortunate Siziba caiu em um poço anteriormente operadas pela Zimasco que foi cerca de 17 metros de profundidade, e ficou parcialmente cego e todo o seu lado esquerdo apresentou marcha com claudicação.

Pecuária, vital para a subsistência local, também morreram pela queda nos poços como eles olham para a água. Essas mesmas valas abertas e as montagens do solo tornaram-se esconderijos para criminosos que têm como alvo as mulheres; tem havido alguns casos de mulheres sendo estupradas e assaltadas nessas covas. Observações de campo na área mostram claramente que a EMA não está a fazer o suficiente para garantir que as empresas de mineração de crómio reabilitar lixeiras anteriormente minadas e devolver a área à sua condição anterior.

Um relatório recente da Redução da Pobreza Forum Confiança no Zimbabué regista os mineiros crómio em Zvishavane usar explosivos que causam rachaduras em casas e incêndios Veld, que destroem a vegetação natural e representam ameaças para animais e pessoas.²¹

Houve também casos em que os mineiros crómio danificaram infra-estruturas comunitárias, como em 2013, quando um caminhão pesado propriedade de uma empresa chinesa danificou a Ponte Mhondongori. A empresa inicialmente prometeu reparar a ponte, mas depois voltou atrás. O Conselho Distrital Rural teve de se envolver e, no final, reparou a ponte. O caso destaca a necessidade de gerenciamento contínuo de conflitos como uma ferramenta para mediar conflitos entre as mineradoras e as comunidades.

²¹ Programa para a Redução de Pobreza, *A pobreza nas comunidades de mineração em Zimbabué: Um Estudo de Caso do Grande Dique*, Dezembro de 2013, p. 36



Covas profundas deixadas abertas pelos mineiros de crómio em Mhondongori, Zvishavane



Provas de degradação de solos devido a mineração de crómio em Mhondongori

Má regulação de mineração de crómio

As comunidades e autoridades locais acreditam que o monitoramento da mineração de crómio pelo Ministério de Minas e do EMA é manifestamente insuficiente. Eles percebem que o processo de concessão de licenças de mineração pelo Ministério de Minas não envolve outras instituições e que não está claro licenças precisão quem foi concedida; a autoridade local destinado a desempenhar um papel fundamental no processamento de AIA, mas na prática, não.

EMA do Zimbabué é o organismo oficial responsável por assegurar a gestão sustentável

dos recursos naturais, protecção do meio ambiente e prevenção da degradação ambiental. A Lei de Gestão Ambiental estabelece que EIAs devem ser realizados por todas as actividades de mineração para identificar possíveis impactos e propor medidas de mitigação antes projectos começar. O escritório EMA local em Zvishavane não foi capaz de fornecer estatísticas sobre a qual as operações de mineração dentro da ala têm realizado EIAs.

Para minas de crómio em pequena escala, medidas de mitigação são destinadas a envolver semi-enchimento das caixas e pulverização de água para reduzir a poeira. Uma vez que estes problemas são comuns na área, o escritório EMA distrito emite ordens para a reabilitação das áreas mineradas e, se necessário solicitar assistência da polícia para exigir o cumprimento. A relação entre a maioria dos mineiros crómio de pequena escala e da EMA não é fácil, principalmente porque alguns mineiros não conhecem a legislação. Estes mineiros tendem a não participar de reuniões onde o EMA aumenta a consciência da protecção do ambiente; Assim, se eles são processados eles afirmam não ter conhecimento das suas obrigações e afirmam que deveria ter sido dada avisos.

O escritório EMA e o Conselho do Distrito Rural local têm uma apreciação comum das questões ambientais relacionadas com a mineração na enfermaria, e às vezes realizar inspecções de conformidade conjuntas para reforçar a reabilitação. No entanto, o mesmo não pode ser dito da relação entre a EMA e o Ministério de Minas, embora ao nível da política ambos concordam sobre o enquadramento e objectivos legislativo. Enforcement no chão também é prejudicado por recursos financeiros inadequados.

Uma investigação sobre a mineração de crómio pelo Comitê Parlamentar de Minas e Energia 2011-2013 observou:²²

- As autoridades locais se queixaram não houve comunicação do Ministério de Minas em que as minas estavam operando.
- O EMA foi incapaz de impor empresas de mineração de respeitar as normas ambientais. As minas ignorado as advertências VMA ou optou por pagar uma multa por infracções cometidas e, posteriormente, continuou desrespeitar os regulamentos. Também foi relatado que algumas empresas começam a operar sem notificar o EMA ou fazer um EIA.
- As empresas de mineração não respeitam as instituições governamentais conforme exigido por lei. Por exemplo, as autoridades locais lutam para receber o pagamento de impostos locais dessas empresas. Runde Conselho Distrital de uma vez teve que tomar Zimasco ao tribunal para forçar a empresa a pagar as suas obrigações estatutárias.

²² Parlamento do Zimbabué, *Sector da Mineração de Crómio em Zimbabué, 2013*, http://www.swradioafrica.com/Documents/Complete%20represented%20report%20chrome_1_Report_on_Chrome_Mining_in_Zimbabwe11.pdf

RDC: Mineração no meio de pessoas

Ruashi é uma mina de cobre e cobalto na província de Katanga da RDC. Que consiste em três minas a céu aberto e uma usina de processamento, a mina produz actualmente 38.000 toneladas de cobre e 4.400 toneladas de cobalto por ano.²³ A mina está localizada no município de Ruashi, um dos sete na cidade de Lubumbashi. A mina Ruashi, que foi criada em sua forma actual em 2000, é detida maioritariamente (75%) e gerido por uma empresa privada, Metorex,²⁴ uma empresa Africano baseada Sul, que faz parte da Jinchuan Grupo Resources International Co Ltd, uma empresa chinesa listada na bolsa de Hong Kong.²⁵ O restante participação de 25% na mina é de Gecamines, empresa de mineração controlada pelo Estado da RDC.

Uma pesquisa feita por ASADHO foi realizado em três distritos próximos à mina - Luano, Kawama, e Lukuluku. A população local, alguns dos quais vivem apenas 100 metros das operações de mineração, são predominantemente pequenos agricultores, com alguns correndo pequenas empresas, tais como a produção de carvão vegetal, enquanto outros são mineiros artesanais.

A pesquisa descobriu alguns impactos positivos, mas principalmente negativos, provenientes da mina. As pessoas entrevistadas no distrito de Luano, por exemplo, disseram aos pesquisadores que, antes do estabelecimento de Ruashi Mining em seu distrito, a população vivia em grande parte em tranquilidade, com terra arável disponível para hortas e água limpa para beber e pesca. No entanto, este modo de vida foi significativamente afectada.

Água

A população local diz sua água potável não é mais seguro para o consumo, porque os resíduos tóxicos da mina é derramado em bacias de retenção da empresa, que transbordam e correr para o fluxo de Ruashi e para o Rio Luano, que é uma fonte vital de água para locais aldeias. A água muda de cor em uma lama amarelada.

Antes do início da mineração, duas bombas fornecido água potável aos três distritos. A empresa substituiu duas bombas, construiu uma torre de água, e perfurou dois poços, mas o último tinha menor capacidade de água, reduzindo assim a disponibilidade de água. Uma dessas bombas agora fornece água que é tratada e lamacento, claramente impróprios para consumo.

Fertilidade de solo

A pesquisa de ASADHO com os agricultores encontraram preocupações semelhantes no que diz respeito à poluição do solo. De mais de 250 pessoas entrevistadas, 85% disseram que o solo havia sido prejudicados pela mineração, nomeadamente através da água poluída vazando para as suas hortas. Cerca de 40% das pessoas nos três distritos ganham a vida através da produção de frutas e legumes e vendendo estes e em torno dos mercados de Lubumbashi.

²³ 'Mineração em Ruashi', <http://www.metorexgroup.com/mine/ruashi-mining/>, acessado em 25 de Junho de 2015

²⁴ 'Uma visão geral sobre a empresa e a Mineração em Ruashi', <http://www.bloomberg.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=30530067>

²⁵ 'A Nossa História', <http://www.metorexgroup.com/about-us/our-history/>

infertilidade do solo está a causar a produção de alimentos a diminuir e empobrecendo ainda mais famílias. Um homem disse:

O solo era muito fértil e estamos habituados a ter uma grande colheita de milho antes do estabelecimento de Ruashi Mining, infelizmente, o solo não é mais fértil desde o lançamento das actividades. Há lugares onde as culturas de milho não crescer adequadamente. Eu costumava plantar milho facilmente em mais de três hectares, mas actualmente eu mal chegar a 2 hectares por temporada e a produção é tão pobre que não sou mais capaz de satisfazer as necessidades da minha família.



O impacto de poluição nas hortas

O impacto nas mulheres

As mulheres têm sido especialmente afectada pela mina. Mulheres entrevistados disseram aos pesquisadores que, antes de a mina, eles tiveram acesso à terra para as mangas de crescimento, goiabas, cana-de-açúcar, legumes e outros produtos agrícolas, e para a coleta de madeira morta para a produção de energia, na ausência de energia elétrica. Além disso, a água limpa era acessível para a maioria das famílias em três comunidades. No entanto, agora eles dizem que o solo arável é escassa devido à mineração e que a terra disponível é menos produtiva. Muitas mulheres agora precisam caminhar longas distâncias em busca de solo arável em distritos vizinhos. A maioria das mulheres nestas comunidades agora cultivar em uma concessão agrícola designado conhecido como Celestin Farm, que está localizado a 20 quilômetros de suas casas. O acesso a esta área está se tornando ainda mais difícil devido ao encerramento da via pública por outra empresa de mineração, Chemaf. A fim de ir ao seu redor, as mulheres são obrigadas a proceder a uma caminhada de 32 km com o risco de serem atacadas ou estupradas.

A água do rio Luano foi previamente usada para beber, mas agora é suspeito de ser poluído devido à mineração. Mulheres nas três comunidades precisam caminhar longas distâncias para obter água potável. Aqueles que não podem comprar água al mineiro para as suas famílias são forçadas a usar a água poluída para o seu consumo diário e isso afecta a saúde de toda a família, especialmente crianças pequenas.

Realocação

Várias famílias foram deslocadas pela mina, quando iniciou suas actividades. De acordo com entrevistas com as pessoas afectadas, a empresa impôs os termos de compensação, sem negociação, e muitas pessoas receberam nenhuma compensação. Algumas pessoas, no entanto, fez receber uma compensação, mas muitas vezes a preços muito baixos. Por exemplo, alguns agricultores que trabalham a terra na área da mina simplesmente recebeu uma quantia de US\$100, embora o seu sustento futuro estava sendo levado embora. Compensação foi concedido de acordo com tamanhos de parcela e da casa, mas para muitas pessoas a compensação não estava prevista poços de água e árvores de fruto no seu território. De facto, nossa informação é que a empresa só compensado pessoas que protestaram.

Alguns garimpeiros que estavam trabalhando na pedreira antes do estabelecimento da mina também não receberam compensação justa. De facto, estima-se que havia cerca de 10.000 desses mineiros anteriormente que trabalham na pedreira. Destes, apenas cerca de 1.000 receberam uma compensação, de acordo com moradores locais, sob a forma de um montante fixo de US\$ 200 por pessoa. Nas negociações a empresa prometeu empregar mineiros, mas essa promessa não foi honrado.

Poluição do Ar

Pessoas em Luano, Kawama, e Kalukuluku também estão preocupados que Ruashi Mining libera fumaça tóxica no ar durante duas horas a cada manhã e à noite, quando a chaminé de sua planta de processamento está ativo. As pessoas queixam-se de problemas com a sua visão e sistemas respiratórios, como tosse crônica. Praticamente todos os entrevistados disseram que a qualidade do ar que respiramos é muito pobre. Duas enfermeiras de centros de saúde em Luano e Kawama distritos confirmou que eles estavam cientes de tais problemas na comunidade.

Além disso poluição do ar é causada pela enorme quantidade de poeira que vem das minas a céu aberto e aterros sanitários e de desmatamento maciço. No entanto, a empresa não tenha assistido a comunidade através do apoio a cuidados de saúde nos três distritos investigados

Explosão

Explosões pela empresa envolve o uso de explosivos, causando pedras para ser jogado para o ar que caem repetidamente em casas e até mesmo sobre as pessoas, causando danos pessoais e danos à propriedade, tais como rachaduras nas paredes e telhados de edifícios. A pesquisa de ASADHO descobriram que várias casas foram danificadas sem que as pessoas sendo dada compensação. O Ruashi Mining não compensa as vítimas de operações de detonação. A extensão dos danos, sem reparos ou compensação levou o chefe da divisão de mineração da província de Katanga suspender as actividades de detonação da empresa em setembro de 2013. Recomendações à empresa pelas autoridades provinciais para fornecer compensação foram ignoradas. Jateamento tem lugar a cada semana, momento em que as pessoas da comunidade são obrigados a deixar suas casas, muitas vezes sob pressão da polícia.

Combatendo a oposição da comunidade

Sempre que as comunidades afectadas organizar um protesto pacífico contra as ações da empresa, ou ligue para a compensação, Ruashi Mining solicita a intervenção da polícia. A polícia muitas vezes silenciada a comunidade, dispersá-los com gás lacrimogêneo e prendendo e interrogando manifestantes. Uma força policial especial foi criado através de um sistema de recrutamento chamado Kuluna especificamente para esta finalidade. Durante um protesto, um jornalista local que estava tirando fotos das instalações da comunidade e mina foi preso e espancado e seus materiais confiscados pela polícia guardando as instalações da empresa. Os membros da comunidade dizem que estão sendo silenciados por essas ações coercitivas.

Houve também casos em que a polícia tem recorrido a medidas brutais contra os mineiros artesanais alegados operam na área de concessão da Ruashi Mining. Uma mulher contou pesquisadores da morte de seu filho, que foi morto em seu caminho de volta de sua fazenda por uma bala baleado pela polícia perseguindo mineiros artesanais de ASADHO.

Falta de consulta

Os membros das comunidades Luano, Kawama, e Kalukuluku dizem que não foram consultados ou informados sobre o estabelecimento da mina em 2000 ou a natureza perigosa de algumas das suas actividades. Os membros da comunidade primeiro descobriu sobre a mina quando notaram dois edifícios a ser construído no local. Em junho de 2006, a comunidade descobriu por meio de uma carta (datada de Dezembro de 2005) a partir Rusahi Mining com o prefeito de Lubumbashi, que a empresa estava planejando se mudar as comunidades do entorno de suas instalações. A comunidade pressionado a empresa a informar sobre seus planos e uma série de reuniões para discutir a deslocalização foram posteriormente organizados. As pessoas locais entrevistados dizem que nunca recebeu informações da empresa ou as autoridades locais quanto ao perigo de algumas operações ou as descargas de resíduos de suas actividades.

Falta de desenvolvimento por parte da comunidade

As minas podem fornecer emprego local, mas Ruashi Mining parece oferecer alguns desses empregos. O director ambiental de Ruashi Mining diz que a empresa emprega mais de 1.300 trabalhadores, dos quais 5% são expatriados. Não está claro, no entanto, quantos vêm da comunidade local e não há membros da comunidade entrevistados nesta pesquisa estavam cientes de quem trabalha na mina. Se alguns postos de trabalho estão disponíveis para pessoas locais, eles são muito menos do que os garimpeiros que trabalhavam na área antes de a mina foi estabelecida.

A empresa não promove alguns projectos de desenvolvimento comunitário, nomeadamente a construção ou melhoria de poços de água nos três distritos. No entanto, a empresa não parece investir na educação local como algumas empresas fazem nos seus gastos CSR voluntária. Isso seria importante uma vez que a grande maioria das crianças na área não frequentam a escola primária. Muitas crianças nas três comunidades abandonam a escola a cada ano por causa da incapacidade dos pais para pagar propinas. Uma das principais razões para isso é como resultado de perder suas casas ou terras. Além disso, a mina retomou terras anteriormente utilizadas pelas crianças como seu playground sem criar uma substituição ou uma compensação.

Também parece haver nenhuma informação disponível sobre os impostos, taxas, royalties e outras taxas pagas pela empresa às autoridades locais, provinciais e nacionais, o que torna difícil avaliar a contribuição da empresa para o desenvolvimento local e nacional.

UMA COLECÇÃO DE PRINCÍPIOS PARA UMA LEGISLAÇÃO DE MINERAÇÃO MODELO

Esta secção capta alguns dos principais problemas que afectam as comunidades perto de operações de mineração identificadas nos estudos de caso e com a mineração Africano de forma mais ampla. Estas questões devem ser abordadas com urgência pelos governos se as comunidades locais e populações nacionais são genuinamente beneficiar de mineração e perseguir seus próprios caminhos de desenvolvimento. Os princípios fundamentais descritos a seguir venha a contribuir para a formação de um conjunto de princípios que actuarão como base para a elaboração de uma legislação mineira modelo.

Problema 1: As pessoas são frequentemente empobrecidas através de projectos mineiros

- Muitas vezes as pessoas vivem em extrema pobreza na porta de enorme riqueza.
- Terra, água, florestas e qualidade do ar das comunidades locais são geralmente afectados negativamente pela mineração, tornando-os mais pobres.
- As pessoas podem ser deslocadas de, ou privados de, sua terra agrícola e pecuária, essencial para a sua subsistência.
- Uso de madeira e água em concessões de mineração por minas podem reduzir o acesso a estas por parte das comunidades locais.
- Serviços de água e electricidade destinados a minas, por vezes, passam por comunidades locais que não são capazes de acessá-los.
- Mineração emprega poucas pessoas locais e trabalho promete muitas vezes não se concretizem. Em casos raros de emprego, os salários são pobres.

Princípios principais

- Certificar de projectos de mineração deixar as comunidades locais melhor e não pior.
- Expandir os planos de desenvolvimento da comunidade e beneficiar de acordos de partilha em que as comunidades estão envolvidas na concepção e monitoramento. Estes devem clarificar as obrigações da empresa de mineração, governo e comunidade.
- Excluir o uso de recursos de madeira e de água locais em direitos de mineração, que deve ser objecto de negociação comunidade e consentimento.
- Promover políticas de conteúdo local como requisitos obrigatórios para assegurar empresas fonte de uma determinada percentagem das suas despesas de aquisição e força de trabalho a partir de fontes locais/nacionais.

- Supervisar os projectos de mineração por meio de participação da comunidade local e assegurar a formação adequada.
- Identificar os impactos negativos de projectos por terceiros independentes não pagas pela empresa.

Problema 2: As mulheres têm a seu cargo um ónus desproporcional dos impactos da mineração

- Os impactos negativos da mineração - como a perda de terra, madeira e água - pode afectar mais as mulheres do que os homens porque as mulheres são geralmente responsáveis pela agricultura e de água e coleta de madeira na casa.
- As mulheres têm menos oportunidades do que os homens para se beneficiar do emprego de mineração potencial.
- As mulheres são representados menos que os homens na tomada de decisão e mecanismos de consulta relativos ao desenvolvimento e impacto dos projectos de mineração.

Princípios principais

- Certificar as mulheres são as principais beneficiárias de planos de desenvolvimento da comunidade relacionados com as minas e repartição de benefícios arranjos.
- Certificar de mulheres estão igualmente representados nos processos de consulta e de decisão.
- Regular a mineração artesanal para garantir que as mulheres tenham acesso à igualdade de oportunidades e benefícios.

Problema 3: As comunidades atingidas pela mineração são muitas vezes excluídas das receitas das indústrias extractivistas e dos benefícios equitativos

- Mudanças recentes na legislação de mineração em alguns países têm sido em grande parte impulsionado pelo estado em busca de capturar uma grande parte dos recursos. No entanto, as comunidades afectadas por minas, e da nação em geral, muitas vezes beneficiar pouco, ou sub-ótima, a partir de receitas de mineração em potencial.
- As receitas de mineração para os pagamentos estaduais e fiscais por parte das empresas muitas vezes não são transparentes; acordos de mineração individuais com as empresas estão negociado secretamente, oferecendo grandes concessões fiscais, sem entrada público ou parlamentar.
- Preços de transferência de empresas está autorizado a continuar devido a um controlo insuficiente do governo, aplicação, ou vontade política.
- Declarações financeiras da Companhia relativas aos números de produção ou pagamentos de impostos, por vezes, não são confiáveis.

- As comunidades locais geralmente não têm interesse financeiro em projectos de mineração que lhes dizem respeito.

Princípios principais

- Incorporar o princípio de locais de repartição de benefícios em política de Estado para assegurar comunidades locais beneficiar de mineração. Tais políticas precisam ser transparente concebido e implementado.
- Atribuir uma percentagem da participação financeira das operações de mineração para as comunidades locais.
- Assegurar a transparência da administração local de fundos e permitir a participação das comunidades afectadas.
- Envolver-se em debates públicos nacionais para definir e monitorar as taxas de imposto. Os governos devem publicar as receitas fiscais e pagamentos.
- Acordos de mineração deve ser debatida publicamente e disponibilizados ao público.
- Proibição de acordos individuais com empresas que oferecem diferentes taxas de imposto da lei; as alíquotas em vigor devem aplicar-se a todas as empresas.
- Monitorar e adequadamente recursos de monitoramento dos preços de transferência, e garantir a lei pode reprimir a empresas envolvidas neste processo.
- Implantar observadores independentes para monitorar as actividades da empresa para garantir a comunicação é preciso.
- Verificar os dados financeiros da empresa-chave, tais como os níveis de produção e lucros, público.

Problema 4: As legislações sobre as actividades mineiras revelam-se frequentemente pouco adequadas e/ou não são postas em prática

- Muitos países não tem leis adequadas relativas, por exemplo, o reassentamento, compensação, políticas de conteúdo local, desenvolvimento da comunidade, consulta e padrões ambientais. Outros países têm tais políticas, mas não implementá-las adequadamente.
- Os objectivos de desenvolvimento da mineração para as comunidades locais e da nação raramente são claras e explícitas na legislação.
- Projectos de mineração de licenciamento com direitos limitados no tempo pode criar uma corrida para descobrir e explorar os recursos muito rapidamente, o que pode resultar em impactos negativos, a má gestão e corrupção.
- Muitos dos países dá poderes discricionários aos ministros e não os obriga a consultar amplamente.

Princípios principais

- Rever a legislação para que ele aborda de forma adequada todas as áreas que podem ter impactos positivos e negativos sobre as comunidades locais, e garantir que ele obriga os ministros do governo a consultar amplamente na promoção da política de mineração.
- Desenvolver objectivos de desenvolvimento claros para mineração e um conjunto de indicadores de resultados para monitorá-los.
- Assegurar que existe independente, por exemplo parlamentar, a fiscalização da legislação e da política para que ele seja totalmente implementada.
- Manter sistemas cadastrais adequadas²⁶ para fornecer detalhes de depósitos minerais.

Problema 5: Os mecanismos de consulta são inadequados e o FPIC está ausente.

- Os mecanismos de consulta com as comunidades afectadas pelas minas são geralmente insuficientes na concepção e implementação de projectos de mineração. 'Consulta' é ad hoc e destina-se simplesmente para obter o acordo da comunidade para os objectivos da empresa de mineração e estado.
- O conceito de consentimento livre, prévio, informado e contínuo (FPIC) raramente é consagrado na formulação de políticas, o que significa que as empresas e o estado não vê-lo tão importante para obter o consentimento da comunidade para continuar com a mineração ou para moldar o detalhes de projectos (tais como políticas de reassentamento ou compensação).
- Processos de licenciamento relativos a reconhecimento, prospecção e exploração muitas vezes consideram avaliações ambientais e consultas comunitárias só depois de ter sido tomada a decisão de meu, não respeitar comunidade processos de tomada de decisão e conhecimento local.
- Próprias estruturas das comunidades locais para a consulta são muitas vezes ignorados pelas empresas de mineração.
- Muitos líderes tradicionais são cooptados para processos para obter o cumprimento da comunidade.

Princípios principais

- Introduzir o princípio da FPIC na política mineração e legislação.
- Certificar de que os processos de consulta adequados entre as comunidades locais e estaduais são realizadas; o Estado não deve lado simplesmente com a empresa em acelerar projectos.

²⁶ sistemas cadastrais operações de mineração de mapas e licenças concedidas a empresas, e informações sobre reservas minerais em um país

- Assegurar que os líderes tradicionais são responsabilizados em suas comunidades; e autoridade tradicional separado do direito consuetudinário e os processos de tomada de decisão.

Problema 6: As comunidades atingidas pela mineração carecem de informação relativamente às sociedades e o Estado

- A informação e os recursos disponíveis para as comunidades locais é muitas vezes completamente desproporcional à do Estado e empresas. Esta situação de desigualdade aumenta o risco de manipulação e coerção; processos de negociação e consulta formais pode ser sentido em tais situações.
- Os processos como EIAs, são técnicos e requerem análise de especialistas, muitas vezes ignoram as comunidades afectadas e ignorar as suas preocupações.

Princípios principais

- Assegurar que as comunidades afectadas pelas minas estão cientes dos seus direitos em projectos de mineração. Direitos e educação planeamento do desenvolvimento deve ser realizada para as comunidades em áreas de mineração.
- Certificar de processos de mineração chave - tais como EIA e Planos de Ação de Reassentamento - estão sujeitos a consulta à comunidade cheia, e um controlo independente, para impedi-los de ser meramente porta-vozes de política da empresa de mineração.
- Certificar de processos de licenciamento e conformidade ambiental estão fortemente informados por prazos de tomada de decisões definidas pela comunidade.

Problema 7: Os impactos socioambientais cumulativos de várias sociedades e/ou do Estado são frequentemente considerados como uma falta de responsabilidade

- Muitas comunidades continuam a sofrer de desapropriação histórica e da marginalização, afectando seu modo de vida actuais.
- Os impactos sociais e ambientais da mineração são geralmente cumulativo, envolvendo várias empresas, mas para o qual nenhum são responsabilizados. (Por exemplo, uma mina pode deslocar uma comunidade que reside em uma área já habitada por outra comunidade adjacente a uma segunda mina onde a poluição dos recursos hídricos é um problema e maior estresse recurso é sentida por todos.) Unidos muitas vezes falham nestas circunstâncias para fornecer opções de terrenos ou meios de subsistência alternativos adequados. Desde impactos sociais e ambientais pode agravar o outro, os remédios não pode ser feita simplesmente por abordar a transgressão inicial.

Princípios principais

- Compensar adequadamente as comunidades afectadas pelas minas de impactos históricos e desapropriação.

- Estabelecer a prática de responsabilidade coletiva de uma indústria ou um conjunto de minas de impactos sociais e ambientais na lei, para o qual já existe algum precedente na lei do Sul Africano.

Problema 8: O povo é negado dos seus direitos e a governança de recursos naturais

- As comunidades locais têm o direito sobre o uso e descarte de recursos naturais de uma série de tratados internacionais de que os governos são signatários, mais especificamente na Carta Africano dos Direitos Humanos e dos Povos. No entanto, as comunidades são frequentemente excluídas na lei e na prática da tomada de decisões sobre esses recursos.
- Algumas dispensas fazer todos os recursos naturais da propriedade do Estado, o que facilita a acumulação de capital pelos interesses estatais e corporativos, muitas vezes excluir as comunidades e a nação em geral.
- Durante séculos, as pessoas têm sido guardiões de seu ambiente, mas isso raramente é reconhecido em abordagens para a gestão ambiental. Direitos das pessoas são removidas e burocracias inúteis documentar e observar a destruição dos mesmos recursos.

Princípios principais

- Certificar de comunidades locais são os guardiões de recursos locais e receber apoio na promoção do uso sustentável desses recursos, tais como treinamento em monitoramento ambiental.
- Incluir provisões para a participação da comunidade cheia na gestão ambiental de modo que o valor dos recursos é refletida na formulação de políticas e na forma como os impactos são avaliados.
- Incluir fechamento de minas e reabilitação como elementos de planejamento de desenvolvimento da comunidade a longo prazo.

Problema 9: As decisões para executar actividades extractivas são frequentemente aplicadas de forma arbitrária e subjectiva

- A decisão de prosseguir com a mineração é frequentemente tomada com pouco ou nenhum envolvimento de comunidades locais ou de debate público, com detalhes em segredo. Começando projectos desta forma é susceptível de escorar problemas para o futuro.
- Os governos raramente articular os custos e benefícios de possíveis projectos de mineração e raramente são sujeitas a uma análise independente.
- Os trabalhos preparatórios - como ambiental e social das avaliações de impacto - é frequentemente inadequada e gerida exclusivamente pela própria empresa de mineração.

Princípios principais

- Certificar de decisões para o meu envolvem alcançar o consentimento da comunidade afectada; garantindo custos sociais e ambientais podem ser mitigados; ter um plano de

compensação adequada; e demonstrando que os interesses nacionais estão bem servidos em termos de receitas e outros benefícios possíveis.

Problema 10: A desapropriação de terras para dar lugar a actividades extractivas raramente é o objecto de uma análise suficiente e de uma ponderação objectiva de interesse nacional

- Muitas comunidades estão deslocadas de suas terras em projectos de mineração quando os governos invocar o ou interesse 'público' 'nacional' em proceder a mineração, no entanto, esses termos são ampla e subjetiva e muitas vezes atingir o abuso do poder estatal.
- Os governos raramente fornecem justificativas e análise de custos/benefícios, para expropriar terras.

Princípios principais

- Certificar a consulta à comunidade, FPIC e análise independente dos custos e benefícios de expropriação de terras; privando agricultores e outras pessoas de sua terra deve ser considerada como um último recurso em projectos de mineração.
- Tomar plenamente em conta os direitos costumeiros sobre a terra e privadas, de propriedade e sistemas de uso da terra na elaboração das políticas.

Problema 11: Compensação é raramente adequada ou justa e muito frequente nem sequer chega a ser paga

- Sempre que a compensação seja paga pela perda de terra ou habitação, que é normalmente a uma taxa baixa (estabelecido pelo governo) e simplesmente para o valor do ativo circulante (por árvores e culturas exemplo), sem levar em conta a renda perdida futuro ou o valor espiritual e cultural de terra.
- Onde a terra é perdida e substituída, a terra alternativa prevista é muitas vezes de pior qualidade ou localizados longe de serviços.

Princípios principais

- Rever as taxas em alta e tomar conta de lucros futuros perdidos de ativos e o valor espiritual/cultural da terra perdida.
- Fornecer terra de substituição de qualidade pelo menos igual e local apropriado.
- Pacotes de compensação (seja na forma de dinheiro ou em espécie) oferecidas as comunidades afectadas por minas.

Problema 12: As actividades de extracção artesanal ou de pequena escala encontram regulamentadas de forma muito insuficiente, exacerbando os impactos adversos das actividades de extracção

- Mineração comercial tende a não tomar nenhuma responsabilidade pela mineração em pequena escala que ocorre nas proximidades, embora este último é muitas vezes só é possível devido à existência da mina maior.
- O grande número de artesanal e de pequena escala mineiros torna difícil para regular essas actividades, que são compostas por recursos estatais inadequados dedicados ao controlo do cumprimento da regulamentação.

Princípios principais

- Envolver as comunidades locais nos programas de concepção e monitoramento relacionados à mineração em pequena escala.
- Certificar que as empresas estão conscientes das suas obrigações legais e outros mineiros de pequena escala perto de suas minas. Especificamente, as forças de

segurança da empresa devem agir dentro da lei na protecção de propriedade da empresa.

Problema 13: As comunidades atingidas pela mineração carecem de mecanismos de recurso apropriados e mecanismos de justiça que se revelam ineficazes

- Comunidades afectadas por minas, muitas vezes têm poucos lugares para se voltam para arejar suas queixas, acesso a aconselhamento legal, ou buscar soluções para os impactos adversos sobre a sua subsistência.

Princípios principais

- Estabelecer relações de confiança independentes, financiados por receitas de mineração, para fornecer comunidades com aconselhamento jurídico e técnico especializado.
- Incluir mecanismos de reclamação em que as comunidades locais possam ar livremente as suas preocupações.
- Certificar que o governo desempenha um papel de apoio em todos os projectos de mineração.